

## ATA DA 5.ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO ESTADO DO PARANÁ, EM 18 DE MARÇO DE 1947

Presidência do sr. João Chéde, secretariada pelos srs. Pinheiro Junior e Rivadavia Vargas.

A hora regimentar é feita a chamada dos deputados, achando-se presentes os seguintes: João Chéde, Pinheiro Junior, Alcides Pereira Junior, Aldo Laval, Aldo Silva, Alvir Riesemberg, Lustosa de Oliveira, Avelino Vieira, Ostojá Roguski, Edgar Sponholz, Felizardo Gomes da Costa, Accioly Filho, Lacerda Werneck, Helio Seti, Iracy Viana, José Darú Vieira Neto, Ribeiro dos Santos, Julio Xavier, Lineu Novais, Portugal Tavares, Lopes Munhoz, Ovande do Amaral, Firman Neto, Rivadavia Vargas, Waldemiro Pedroso e Zagonel Passos (29), verificando-se a ausência dos srs. Ernani Benghi, Clímaco da Silva, Anísio Luz, José Machuca, Júlio Buskei, Marés de Souza, Guataçara Borba e Alves Bacelar (8).

### ABRE-SE A SESSÃO

É lida a Ata da Sessão anterior, e, posta em discussão é aprovada com as seguintes retificações: — do deputado Zagonel Passos, solicitando fosse excluído da chamada o nome do deputado sr. Beniamim Mourão e colocado o seu, que havia sido omitido; do deputado Aldo Silva, pedindo fosse substituído o termo "sugestão", de uma sua indicação, pela palavra "menção".

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

### EXPEDIENEC:

**TELEGRAMA:** Do senador Neneu Ramos, Presidente do Senado Federal, agradecendo em nome da Alta Câmara, que preside e, em seu próprio nome, a comunicação da instalação da Assembléia Constituinte deste Estado. Do Governador do Estado do Rio, no mesmo sentido. Do Senador Arthur Santos comunicando haver prestado o compromisso de Senador Federal. **Despachos:** Ciente. Arquite-se.

**OFÍCIO:** Do dr. Francisco Maravalhas Neto comunicando haver assumido o exercício do cargo de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, em 13 do corrente. Do sr. Presidente da Câmara de Contribuintes do Estado, comunicando que em sessão daquele Órgão Fiscal, no dia 14 do corrente, foi consignado em ata um voto de congratulações ao Presidente e demais Membros desta Assembléia Constituinte. Do cel Dagoberto Dulcício Pereira, comunicando haver assumido o Comando da Polícia Militar do Estado, em 14 do corrente. **Despachos:** Agradeça-se.

O sr. Secretário procede á leitura do segundo requerimento assinado pelo deputado sr. Vieira Neto:

**REQUERIMENTO:** “A Assembléia Constituinte Estadual requisita dos Poderes Públicos, o inteiro teor do contrato com a Cia. Telefônica Paranaense e suas modificações ulteriores.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1947.

(a) **Vieira Netto**

**O SR. PRESIDENTE:** — Está finda a leitura do Expediente. Tem a palavra o sr. Deputado Júlio Rocha Xavier, inscrito.

**O SR. JÚLIO ROCHA XAVIER:** — Exmo. sr. Presidente nobres Deputados.

O meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, realiza um programa social. Nestas condições, não pôde deixar de ventilar aqui, nesta Assembléia soberana do povo, os problemas de maior necessidade pública.

Pôde parecer que seja bastante o que já temos ventilado, mas eu posso afirmar que é bem pouco diante do muito que havemos de ventilar aqui dentro desta Casa. As nossas proposições têm sido recebidas não só com certo indiferentismo, mas também, muitas vezes, com má vontade manifesta. No entretanto, nós estamos aqui dentro, abordando os assuntos de maior atualidade, pois, estamos capacitados para falar em nome do Povo.

**O sr. Helio Setti:** — Nunca recebemos com indiferentismo quaisquer proposição.

**O SR. JULIO XAVIER:** — Na verdade, esta má vontade, este indiferentismo, este atentado contra as proposições apresentadas, mesmo com as dos outros Partidos, é injustificável, como se não devermos aqui dentro abordar os problemas de maior importância para a nossa terra. No entretanto, as colaborações que temos aqui trazido são da mais vital e necessária importância para a própria ação administrativa do Estado, porque na realidade estas fórmulas de poder aniquilador só têm adeptos nos processos fascistas e néo-fascistas da Espanha e Portugal, onde se pôde admitir este procedimento. Todavia, aqui dentro continuaremos a apresentar estas proposições no interesse do nosso Povo, e é com esta preliminar, que eu tenho a honra de submeter ao Senhor Presidente, mais duas sugestões de caráter público, que se referem, o primeiro à criação em Curitiba, de um Mercado Municipal, e a segunda à construção de uma ponte sobre o rio Itararé, no Município de Carlópolis, estando a primeira concebida nos termos seguintes, (lê):

“Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Deputado, abaixo assinado, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas, como representante do povo e

Considerando que a falta de um Mercado Municipal concorre para o alto custo de vida;

Considerando que as feiras-livres têm um caráter supletivo que não podem dispensar a necessidade de um Mercado Municipal;

Considerando que as finanças municipais não permitem custear administrativamente a construção de um mercado central;

Considerando que a urgência da dotação de um Mercado para Curitiba desaconselha, no momento, o regime de concessões;

Considerando que ao Estado cumpre o dever de minorar o custo de vida;

#### **PROPÕE**

— seja sugerida aos poderes competentes a conveniência da construção do Mercado Central de Curitiba, em regime de cooperação entre o Estado e a Municipalidade da Capital.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1947.

(a) **Julio Rocha Xavier** — Deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro”.

A outra sugestão que peço seja igualmente, encaminhada ao Executivo, está concebida nos seguintes termos, e diz respeito à necessidade da construção de uma ponte em Carlópolis, para o escoamento da produção dessa cidade, cuja ponte há 20 anos atrás foi destruída e hoje é feita a



travessia por uma balsa, aliás em condições precárias, onde outrora existia a referida ponte, ligando a cidade paranaense de Carlópolis à cidade bandeirante de Fartura, e concorrendo para o progresso de toda aquela região, o que contribuiu para que Carlópolis fôsse, então, elevada à Comarca, e também cooperou para o progresso e melhoramento da cidade de Ribeirão Claro, (lê):

“Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O Deputado, abaixo assinado, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas, como representante do povo e

Considerando a necessidade da maior e mais ampla aproximação com o Estado de São Paulo;

Considerando que as vias de comunicação com o vizinho Estado devem ser objetos da maior atenção dos poderes públicos;

Considerando que a ligação com aquele grande Estado, sobre o rio Itararé ainda se faz por intermédio de uma balsa em péssimas condições, nos Passos do Leite, no Município de Carlópolis, em virtude da destruição de uma ponte que ali existiu há mais de vinte anos;

Considerando que a ligação com a Capital do Estado de São Paulo, por intermédio daquela passagem, entre Carlópolis e a cidade bandeirante de Fartura é a que oferece as maiores vantagens para aquela, região, por ser o caminho mais curto;

Considerando que em outros tempos se fazia o escoamento de toda a produção daquela região, inclusive dos municípios vizinhos de Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora e Siqueira Campos;

#### PROPÕE

seja sugerida aos poderes competentes a conveniência da construção da ponte sobre o Rio Itararé, nos Passos do Leite, ligando o município paranaense de Carlópolis à cidade paulista de Fartura, como melhoramento público do mais alto interesse para a economia do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1947.

(a) **Julio Rocha Xavier** — Deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro”.

São essas as nossas contribuições, que apresentamos com o espírito construtivo de colaborar para o progresso de nossa terra, fazendo com que esta Assembléia, seja realmente a interprete autorizada das aspirações do nosso povo. (Palmas)

**O SR. WALDEMIRO PEDROSO:** — Pela ordem, peço a palavra, sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:** — Tem a palavra o nobre Deputado.

**O SR. WALDEMIRO PEDROSO:** — Sr. Presidente, nobres colegas. Acabamos de ouvir uma proposição que nosso prezado colega Deputado Júlio Rocha Xavier, encaminhou ao Poder Executivo. O que ele pede não é nada de mais porque Carlópolis, esse município esquecido há muitos anos, tem agora, na Assembléia, alguém que por ele clame.

**O sr. Lopes Munhoz:** — O município de Carlópolis, não esteve esquecido quando o doutor Rocha Xavier, foi prefeito daquela localidade.

**O SR. WALDEMIRO PEDROSO:** — O sr. Deputado Júlio Rocha Xavier, durante o tempo em que desempenhou as funções de prefeito municipal, procurou conseguir algo para Carlópolis, mesmo com as dificuldades da nossa situação administrativa. Queria dar um esclarecimento. O nosso ilustre governador, sr. Moysés Lupion, já tem isto no seu programa. Ele teve oportunidade de falar sobre a construção dessa ponte sobre o Rio Itararé. Acho oportuna essa medida prometida e tenho a certeza de que ele cumprirá essa promessa, oportunamente. Si até agora não falei alguma coisa por meu município de Ribeirão Claro, não foi porque estivesse alheio de suas necessidades. Estava apenas à espera de uma oportunidade, porque, como disse o líder da minha bancada, devemos trabalhar primeiramente na função de fazermos a Constituição. Mas, agora que o nobre colega do Partido Trabalhista, sr. Júlio Rocha Xavier, levantou essa proposição, eu quero, Senhor Presidente, tornar-me solidário com a mesma. Tenho dito.

O SR. ZAGONEL PASSOS: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o deputado sr. Zagonel Passos.

O SR. ZAGONEL PASSOS: — Exmo. sr. Presidente, nobres deputados.

A imprensa matutina publicou hoje a íntegra do Memorial que os industriais, comerciantes e lavradores do Estado, dirigiram ao Senhor Governador, sugerindo medidas altamente profícuas no sentido de minorar este problema, verdadeiramente angustioso, qual seja, o dos transportes em nosso Estado.

Senhor Presidente: trata-se de uma peça de extraordinário valor, elaborada com a ajuda de técnicos ilustres, lavradores, comerciantes e industriais, convocados por iniciativa da Associação Comercial do Paraná.

E' admirável como esta Instituição de tantas tradições passadas, neste mesmo momento em que o Paraná se integra na vida Constitucional, volta as suas vistas para resolver os grandes problemas que afetam a economia do Paraná.

Eu requeiro, sr. Presidente, que seja consignado em ata um voto de louvor, pelas conclusões a que chegou o conclave convocado pela Associação Comercial do Paraná, muito embora não tenha esta Casa recebido um convite para tomar parte nos trabalhos daquela Associação, onde se reuniram 22 entidades contando com a presença do Exmo. Senhor Governador do Estado. Em face a essas conclusões objetivas, cumpre a nós, fazermos votos, para que eles possam realizar os seus objetivos, a-fim-de minorar a situação aflitiva das classes trabalhadoras do Paraná.

O SR. PORTUGAL TAVARES: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PORTUGAL TAVARES: — Sr. Presidente. Nobres Colegas. E' estranhável que a Associação Comercial do Paraná, não tenha convidado a Assembléa Constituinte, nem mesmo o sr. Presidente desta Casa, para assistir á Assembléa convocada para tratar de assuntos de interesse coletivo.

O sr. Avelino Vieira: — Permita-me um esclarecimento: — Sem pretender advogar os interesses da Associação Comercial, parece-me que esta convocação foi feita antes da instalação da Assembléa.

O SR. PORTUGAL TAVARES: — Eu aceito, perfeitamente, a justificação que o nobre e ilustre deputado dá a esta Assembléa. Como bem disse o ilustre deputado, sr. Júlio Rocha Xavier, pelo Partido Trabalhista ha poucos instantes a Assembléa Constituinte do Estado, é o interprete autorizado na defeza dos problemas do povo. Este povo reunido, em Assembléa Constituinte, poderia ser lembrado pela ilustre Associação Comercial: poderia, si fosse convidado, delegar poderes para que um representante desta Assembléa, assistisse os trabalhos da Associação Comercial, não haveria mal nisso.

Sr. Presidente. Eu não acredito que a Associação, agora tardiamente, possa resolver os problemas do povo. Ali estão os comerciantes da banha, do café, do açúcar, homens enriquecidos pelos negócios que realizaram, e que nunca se lembraram do povo tomando iniciativas em seu beneficio.

Sr. Presidente. Apesar de adversário político do sr. Governador, eu acredito que Sua Excia., terá forças suficientes para resolver as questões que afligem o povo.

Sou, sr. Presidente, o homem das filas. Sofri as agruras do sol escaldante para, levando o dinheiro trocado, conseguir um pouco de açúcar na firma do sr. Guerra Rego. Esta questão de açúcar, sr. Presidente, perseguiu-me por onde andei.

É paradoxal que o açúcar tenha azedado o meu coração.

Procurando cumprir um conselho médico, sr. Presidente, dirigi-me a velha e tradicional cidade de Castro para fazer uma estação de repouso e gozar das propriedades terapeuticas da água da fonte Santa Terezinha. Um dia exgotou-se a minha provisão de açúcar e eu tive que penetrar na fila da Prefeitura Municipal, para me munir de um cartão de racionamento. Fui, no Paço Municipal, submetido a um interrogatorio, por um afável e distinto funcionário municipal. De onde vem? Quem é? Para onde vai?



Lembrei-me de um exame de anatomia onde o Professor, pinçando o pneumogástrico, perguntou ao aluno: O que é ? Para onde vai ? Com quem se relaciona? O estudante foi ao pau, e eu, sr. Presidente, fui reprovado pelo funcionário da Prefeitura, que me disse, perentoriamente: — O sr. não tem direito a açúcar, porque não é daqui.

Quando saí da Prefeitura, sr. Presidente, penetrei em uma barbearia, situada na rua que tem o nome de um saudoso e benemérito médico castrense, Dr. Jorge Xavier. Ali, sofri, pelo figaro, o mesmo interrogatório: — Quem é? De onde vem? Para onde vai? Depois de lhe ter respondido a última pergunta que me fez, cadenciadamente, o barbeiro, num assomo de entusiasmo, disse-me: — Dr., saiba o senhor que eu sou o 1.º suplente do Juízo de Direito de Castro, que no Rio manda Getúlio Vargas, em Curitiba Manoel Ribas e em Castro Vespasiano Carneiro de Melo. As afirmações do barbeiro não foram um tanto verdadeiras porque o sr. Getúlio Vargas, fôra deposto pelo contra-golpe de 29 de outubro e o sr. Manoel Ribas, deixou governo em decorrência desse golpe, mas apenas o sr. Vespasiano de Melo, manteve-se á frente da Prefeitura de Castro.

O sr. Lineu Novais: — Posso informar a V. Excia. que o sr. Cel. Vespasiano Carneiro de Melo, será substituído em breve na Prefeitura de Castro.

O SR. PORTUGAL TAVARES (continuando) — Sr. Presidente. Peço desculpas à Assembléa, desta digressão, talvez um tanto hilariante, mas que representa o panorama das filas do açúcar.

Não foi só aborrecimento que eu podia ter colhido em Castro, naquela esplendida Cidade, com os seus casarões antigos, alguns deles ostentando os braços da monarquia e que abrigam uma população hospitaleira e ilustre. Eu tive também a oportunidade de privar com um venerando castrense, cujo nome pronuncio com absoluto respeito, o sr. Otavio Novais, uma das relíquias vivas das expressões de lealdade e de dignidade do povo paranaense.

O venerando paranaense sr. Otavio Novais, é pai do meu querido e dileto amigo, sr. deputado Lineu de Madureira Novais, meu amigo, digo, porque constitue uma das felicidades de minha vida, poder afirmar de público, que sou amigo do deputado Lineu Novais.

Sr. Presidente: Eu não acredito na solução tardia da Associação Commercial, porque agora estão reunidos em Assembléa Constituinte, os representantes do povo que saberão zelar pelos seus interesses. Nesta questão de transporte, surgida tardiamente, o que vemos é que o vanguardeiro desta questão, o ilustre jornalista Roberto Barroso, está ás portas do carcere.

Como já afirmei, sr. Presidente, eu acredito nas palavras de Sua Excia., o sr. Governador Moysés Lupion, que representa, para nós, os paranaenses, toda a nossa esperança.

Apenas faço um apelo á Sua Excia.: Para que Sua Excia. não viaje, que não se contamine com o virus que, atravessando as velas de porcelana, penetram no organismo dos ocupantes do Palácio São Francisco, motivando-lhes um delírio de viagens, excursões, etc.

Eu apelo também para Sua Excia. que extermine, de vez, com os banquetes, que deixe a fase de gula para a antiga Roma, onde o centurião, durante os seus longos e intermináveis repastos, provocava o vômito para comer novamente.

Sr. Presidente, como homenagem ao autor da proposta o ilustre deputado pelo Partido de Representação Popular, sr. Zagonel Passos, eu me abstenho de votar:

O SR. LINEU NOVAIS: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. LINEU NOVAIS: — Pedi a palavra para agradecer, sr. Presidente as elogiosas palavras que o meu amigo, ilustre deputado Dr. Lauro Portugal Tavares, teve a gentileza de pronunciar, salientando a figura de meu velho pai.

O sr. Portugal Tavares: — Foi justa a minha apreciação. Faço votos para que se quebre a lei natural, para o venerando sr. Otávio Novais viva sempre, como patrimônio moral da nossa gente.

O SR. LINEU NOVAIS: — Em seguida, sr. Presidente, eu venho a esta tribuna solicitar à V. Excia., em vista de ter sido diplomado o Governador eleito de Minas Gerais, Dr. Milton Campos, seja enviado, pela Mês, um telegrama de felicitações, e outro, também, por ter assumido sua cadeira na Senatória Federal, o homem de alto valor e projeção, que certamente fará uma belíssima representação do Estado do Paraná, senhor Arthur Ferreira dos Santos, que no dia de ontem foi empossado.

O SR. PRESIDENTE: — Continúa a hora do Expediente. Alguem mais quer fazer uso da palavra ?

O SR. VIEIRA NETO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Deputado Vieira Neto.

O SR. VIEIRA NETO: — Sr. Presidente, nobres deputados.

Pelo visto, uma das questões que mais têm interessado à esta douta Assembléia, nos seus propositos construtivos e unitários, acima de partidos, acima de divergências doutrinárias, procurando resolver problemas que são os mais urgentes da nossa terra, repito, que, pelo visto, parece que um dos principais problemas que mais tem preocupado esta Assembléia, é o problema de transporte, que já tem sido ventilado em várias proposições, entre elas a do nobre Deputado Júlio Rocha Xavier, que sugeriu a estadualização da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina.

Não vou entrar no mérito da proposta, apenas queria caracterizar que as soluções de cima para baixo, no mais das vezes não resolvem cousa alguma; queria dizer que é muito mais interessante, muito mais útil que a Assembléia Constituinte debata, se bem que um pouco tardiamente, o problema angustiante de transportes no Paraná.

É interessante fazer notar que o sr. Moysés Lupion, ao assumir o Governo do Estado do Paraná, havia tomado compromisso para solucionar este problema, mas o que eu pretendia dizer é que a solução real do problema tem que ser dada por um Governo que consiga, através de medidas justas, o apoio do povo, a movimentação das massas em torno das reivindicações que hoje afligem o nosso povo e são as mais urgentes. E é nesse sentido, sr. Presidente, que eu queria caracterizar o problema da Rêde Viação Parana-Santa Catarina, problema que será muitas vezes debatido nesta Casa, que eu mesmo, em nome de minha bancada e do meu partido, terei a oportunidade de estudar com dados mais exatos e mais profundos. O que nos parece preponderante assinalar no momento, são três soluções mais imediatas: A primeira é uma questão de ordem técnica: a construção das variantes já projetadas que economizaria material, tempo e distancia; segundo, a dotação da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, de material necessários para a recomposição de suas vias, aumento do número de vagões que, pelo visto, são insuficientes para atender às requisições atrasadíssimas de três a quatro anos, e, em terceiro lugar, a melhoria do pessoal, ou seja, o aumento numérico do pessoal e melhoria de seus salários. É sobre este último ponto que queria falar nesta Casa.

Não é possível que a Rêde, atenda aos seus serviços quando seu proletariado está insatisfeito; si a Rêde apenas se resume em fazer bangalôs bonitos para pôr lá dentro operários que estão morrendo de fome, obras de fachadas típicas do Estado Novo. É neste sentido, sr. Presidente, e nobres deputados, que eu quero, atendendo à situação aflitiva e angustiosa dos empregados da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, pois ha, sr. Presidente, na Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, funcionários, guarda-freios que ganham apenas Cr\$ 450,00 por mês, pouco mais que uma empregada doméstica que tem casa, comida e roupa lavada, chamar para eles a atenção desta egrégia Casa.

Trabalham nas mais duras condições tendo que viver em situação deplorável por falta de gêneros alimentícios, pois, muitas vezes, moram em lugares sem recursos, dependendo da remessa de gêneros que não raro não se faz, ganhando salários de fome e com os eternos descontos. Ao que parece é preciso fazer-se chegar ao conhecimento da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, o sã princípio que consiste no aumento de produtividade á base de aumento de salário.



É preciso que o aumento da produtividade seja feito, pois a Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, é o escoadouro de todos os produtos do Paraná; mas é preciso que os ferroviários sejam considerados como criaturas humanas, não como verdadeiras bestas-féras sem poder pretender o justo pão de cada dia, já não digo a manteiga, que eles não podem comprar com Cr\$ 450,00, de salário mensal.

**O sr. Ovande do Amaral:** — O serviço médico da Rêde é muito precário. A saúde dos operários não é tomada em consideração pela mesma. É uma completa miséria orgânica. Os casos de tuberculose, na Rêde, são inúmeros.

**O SR. VIEIRA NETO:** — Eu agradeço ao nobre e ilustre Deputado, meu conterrâneo, esta informação, que apenas vem corroborar as que já possuo.

**O sr. Ribeiro dos Santos:** — Na Rêde está se verificando a sub-alimentação progressiva e generalizada. Os operários não estão em condições de atender ao serviço, pela miséria orgânica, miséria de todas as formas, por falta de salário e condições de vida.

**O SR. VIEIRA NETO:** — Eu agradeço a contribuição democrática de meu nobre e ilustre Colega que vem demonstrar que esta nossa proposição se baseia na realidade dos fatos.

Eu queria ter a honra de juntar a minha voz, a destes dois ilustres esculápios desta Casa, no sentido democrático de procurarmos estudar as condições de vida dos funcionários da Rêde, sugerindo fosse nomeado uma Comissão Parlamentar para se entender com o sr. Moysés Lupion, e a direção da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina para que as suas reivindicações justas possam assim ser resolvidas.

Em abril ou março de 1946, os operários pediram e conseguiram um pequeno abono de 50% para os diaristas e 30% para os mensalistas. Este abono não foi ainda incorporado e pesa sobre eles a ameaça de que seja cortado. Se isto acontecer, esta gente terá que suportar com essas condições de miséria orgânica já tão precárias, mais esse duro golpe.

Nesse sentido, os ferroviários pleiteiam que o abono seja incorporado aos seus vencimentos, além de um aumento de Cr\$ 300,00 mensais a todos os vencimentos, já agora insuficientes.

Estas são as indicações que tenho a honra de propor a esta Casa, para que, após discutir democraticamente com os ferroviários as suas reivindicações, e conversar com a direção da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, façamos este apelo aos Poderes Públicos, para a solução dos problemas de escoamento dos produtos do Paraná e melhoria das condições de vida daqueles trabalhadores.

Peço venia para ler a indicação que tenho a honra de apresentar a esta Casa. (lê):

“Indica-se a nomeação de uma comissão parlamentar a-fim-de entrar em entendimento com os Poderes Públicos e direção da R.V.P.-S.C. a-fim-de que sejam atendidas as reivindicações da melhoria de salários dos empregados ferroviários”.

Sala das Sessões, 18 de março de 1947.

(a) **Vieira Neto:**

**Tenho dito. (Palmas).**

**O SR. ALDO LAVAL:** — Peço a palavra, sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:** — Tem a palavra o Deputado sr. Aldo Laval.

**O SR. ALDO LAVAL:** — Sr. Presidente, culta Assembléia. Sinto-me no dever imperioso de, neste instante em que se debatem assuntos de urgência, de angústia e de necessidades, contribuir com meu ponto de vista, fazendo minhas as palavras do ilustre deputado Vieira Neto, no tocante à parte que se refere à situação dos salários, entre os funcionários da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina. Nesse ponto, na qualidade de representante do povo eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sinto-me bem à vontade para falar sobre o assunto. Que esta Casa, srs. Deputados, nomeie uma comissão capaz de estudar a situação econômica, não só apenas de alguns, mas que

estas medidas sejam estendidas a todos os trabalhadores porque a situação e para todos igualmente angustiosa. Este assunto merece medidas urgentes de nossa parte que representamos o sustentáculo de todas as gerações.

Falo em nome do trabalhador e para o trabalhador, sr. Presidente, nessas condições eu reafirmo o anseio que me leva a dizer a essa respeitável Assembleia que o povo, que nos elegeu, espera de nós a solução referente aos seus salários. Sem saber ao certo essas condições de vida, não poderemos chegar a uma conclusão, sem penetrarmos nos outros problemas que dependem de uma colaboração do trabalhador. Faço este apelo à Casa, e, ao terminar, peço a Deus que nos encha de boa-vontade para resolver os palpitantes problemas que interessam ao povo e à nossa Pátria (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: — Quero informar aos srs. deputados Júlio Rocha Xavier, Vieira Neto e Lineu Novais, que seus pedidos serão devidamente encaminhados aos órgãos competentes. Infórmoo ainda que não há uma só proposição apresentada à Mesa que não tenha sido devidamente encaminhada. Ponho em discussão o requerimento do sr. deputado Zagonel Passos, o requerimento é no sentido de que seja consignado em ata um voto à Associação Comercial do Paraná.

O SR. PORTUGAL TAVARES: — Quero declarar à Casa, que, em homenagem ao autor da proposta, a bancada do Partido Republicano apenas abstem-se de votar.

O SR. PRESIDENTE: — Continúa em discussão. Encerrada a discussão procederemos à votação. Está aprovada a proposta do sr. deputado Zagonel Passos, Está em discussão a indicação do sr. deputado Vieira Netto.

O SR. FIRMAN NETO: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FIRMAN NETO: — Eu quero definir, sr. Presidente, em rápidas palavras, a posição da bancada do meu Partido, em relação ao requerimento do Partido Comunista. As Associações todas elas têm, em seu seio, bons elementos e elementos que se desviam da sua linha justa, como diria o meu ilustre colega Deputado Vieira Neto.

O sr. Vieira Neto: — Não sei se assim diria.

O Sr. FIRMAN NETO: — (continuando) — Não é por isso que vamos condenar toda uma associação; não é pelo fato de existirem bons e maus advogados, ou pelo fato de existirem bons e maus médicos, que nós vamos condenar a medicina, ou que vamos condenar a advocacia, e assim em todas as outras instituições. Não vamos deixar de reconhecer quando essas instituições, através de seus órgãos diretivos, tomam medidas acertadas no interesse da ordem pública, social ou econômica. Analizando dessa maneira o requerimento do meu ilustre colega, eu me pronuncio favoravelmente, para se expedir o telegrama.

Relativamente à indicação do deputado Vieira Neto, confesso que ela faz análise de um fato que realmente existe e preocupa. Não negamos estes fatos. Apenas temos de declarar que a nossa consciência jurídica, quero bem frizar, meus nobres Colegas, a nossa consciência jurídica se manifesta contrária ao requerimento de se nomear uma comissão, a-fim-de tratar assuntos administrativos da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. A nossa consciência social, no entretanto, se conforma e inclina nesse sentido, porque realmente a situação desses operários é aflitiva e exige urgentes medidas dos Poderes Públicos. E a consciência social — desejaria eu particularmente — que prevalecesse nas deliberações desta Casa, como preponderante de suas soluções. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE: — Continúa em discussão a proposição do deputado Vieira Neto.

O SR. OVANDE DO AMARAL: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OVANDE DO AMARAL: — Sr. Presidente, quero propôr um aditamento à proposição do deputado Vieira Neto no sentido de que seja tam-



bém designada uma Comissão para tratar dos assuntos que dizem respeito aos operários junto à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários.

O SR. ALDO SILVA: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o sr. Aldo Silva.

O SR. ALDO SILVA: — Sr. Presidente, srs. Deputados. Humana e justa a proposição, mas não equitativa a proposição feita pelo representante do Partido Comunista Brasileiro. Humanas e justas são todas as iniciativas no sentido de melhorar a sorte dos que constituem os alicerces básicos do progresso nacional. Não é equitativa porque é apenas uma parcela desse operariado, que sente, acima de tudo e mais que todos, as angústias do momento que atravessamos. É justamente por esse motivo que, fazendo minhas as palavras do deputado Vieira Neto, com relação aos operários, que corroboro o apelo do sr. deputado Aldo Laval, propondo que em vez da comissão encarregada de estudos junto aos Poderes Públicos, fosse nomeada entre nós uma comissão de assistência social que estudasse a situação dos operários que trabalham e produzem em nossa terra. Não podemos deixar firmar o princípio da desigualdade. Igualdade para todos aqueles que vivem sob o céu do Brasil. Penso que seria mais acertado organizar uma comissão de assistência social, de modo a resolver realmente esses problemas sociais que afligem tanto o operariado da nossa terra. Encaminharei, dentro de alguns instantes, a emenda que tenho a fazer, à proposição do sr. deputado Vieira Neto. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. VIEIRA NETO: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VIEIRA NETO: — Sr. Presidente, nobres colegas.

Acusou-me injustamente o nobre deputado Aldo Silva, de não ser equitativa a minha proposta.

Queria justificar-me se de tanto precise, encaminhando a votação e esclarecendo o teor de minha proposição.

Estudei de maneira concreta, objetivamente a situação dos operários ferroviários, e a respeito deles trouxe uma proposição que consiste em se nomear uma comissão junto aos Poderes Públicos, para pedir a melhoria das condições de vida, condições essas que expuz ao tomar a palavra. Se o sr. deputado Aldo Silva quis estendê-la a todos os operários do Paraná, de nossa Cidade e do interior, sr. Presidente, é preciso fazê-lo em separado para não prejudicar a proposta em curso. Para caracterizar melhor a proposta do deputado trabalhista, queria lembrar a V. Excia. que se nomeie uma comissão para estudar com os Poderes Públicos as reivindicações dos trabalhadores em geral, — uma comissão de assistência social nos termos da proposta Aldo Silva, porém é certo que tal comissão muito demoraria para que pudesse trazer a esta Casa a solução de tantos problemas, e estudar todas as reivindicações do operariado do Paraná.

Seria preciso um inquerito e os resultados seriam demorados, continuando a agravar-se as necessidades do operariado. É vivendo junto a eles que conhecemos os seus problemas. Foi assim que levantei as reivindicações da massa ferroviária.

Conhecendo-as e analisando-as. Peço a votação das proposições em separado: — a nomeação de uma comissão para estudar as condições de vida do operariado em geral e que deve ter um caráter permanente — que de minha parte estou pronto a apoiar porque é justo — votando-se em separado a outra proposição a-fim-de que não seja prejudicada, por aquela que viria protelá-la. Pediria, pois, desdobramento da votação, adiantando que a proposta do sr. Aldo Silva, merecerá, no devido tempo, o apoio da fração comunista.

O SR. LOPES MUNHOZ: — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra o deputado sr. Lopes Munhoz.

O SR. LOPES MUNHOZ: — Sr. Presidente. Nobres colegas. Ouvimos a explicação dada pelo nosso líder, esclarecendo suficientemente o pensamento da bancada do P.S.D., com referência à indicação do nobre representante do Partido Comunista, agora já apoiado com o aditamento ofereci-

do pelo sr. deputado Aldo Silva. Entendemos, em conformidade com o pensamento expresso pelo nosso líder, que efetivamente a indicação, é data venia, um tanto tumultuosa, porque não encontra apoio nas atribuições desta Assembléia.

**O sr. Vieira Neto:** — A Assembléia tem o poder que vem do povo.

**O SR. LOPES MUNHOZ:** — (continuando) — Atendemos além do mais para a situação de que se trata de uma autarquia federal como a Rêde Viação Paraná-Santa Catarina. A nossa Assembléia é estadual, e não pôde invadir a esfera das atribuições federais.

**O sr. Vieira Neto:** — Não vamos invadir a esfera de ninguém. Vamos solicitar que colaborem conosco na solução deste problema.

**O SR. LOPES MUNHOZ:** — A bancada do P.S.D., sintonizando com todos os representantes, na discussão e na defesa dos maiores interesses da coletividade, considera esse problema entre os que preocupam as massas e os homens de todas as categorias. Há muito clama por uma solução. Lembro a V. Excia., sr. Presidente, que o Governo do Estado, numa de suas recentes entrevistas, afirmou que uma das suas primeiras preocupações seria a de solucionar os problemas dos transportes, principalmente da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina. Sabemos ser o Diretor da Rêde, nomeado pelo Governo Federal, estando o Governo do Estado interessado em que essa nomeação seja feita mediante sua indicação. Devemos buscar a solução mais pronta e eficiente para o assunto. Além disso, sr. Presidente no caso ainda do aditamento proposto pelo nobre deputado sr. Aldo Silva viríamos dar à Comissão que fosse nomeada uma função tão ampla que invadiria outras atribuições, sem ser as desta Assembléia, que tem o dever de defender os princípios jurídicos para estabelecer um clima propício à elaboração da Constituição Estadual. A bancada do P.S.D., embora vendo a necessidade urgente de se tomar providências de solução para o transporte, vota contra as duas indicações, e pede a Deus que possamos seguir nossa rota a passos firmes, para que, através de um estatuto legal, procuremos conduzir o Estado do Paraná à conquista de seus mais gloriosos destinos. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE:** — O sr. Secretário lerá as emendas apresentadas à proposição do deputado Vieira Neto.

O Senhor Secretário procede à leitura das emendas seguintes:

"Em aditamento ao requerimento do sr. deputado Vieira Neto, proponho que a Comissão Parlamentar a ser nomeada entenda-se sobre o mesmo assunto com a Caixa de Aposentadorias e Pensões da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1947.

(a) **Ovande do Amaral**"

#### "SUGERE

que seja nomeada uma Comissão de membros da Assembléia, denominada de Assistência Social, destinada a estudar e resolver junto aos Poderes Públicos os assuntos referentes à situação de angústia econômica em que se debatem as classes operárias do Paraná.

Sala das Sessões, 18-3-1947.

(a) **Aldo Silva**"

**O SR. PRESIDENTE:** — Relativamente à indicação do sr. deputado Vieira Neto, está encerrada a discussão. Vamos submetê-la a votos. Os que aprovarem a indicação queiram levantar-se. Foi rejeitada a proposição. Ficam prejudicadas as emendas apresentadas. A Ordem do Dia de hoje consta de Trabalhos Regimentais. Não havendo nenhum trabalho sobre a mesa, convoco uma nova sessão para amanhã, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

#### Trabalhos Regimentais

Levanta-se a sessão.